

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), Lei nº 13.709/2018 (LGPD), Lei Municipal nº 10.250/2025, Decreto Municipal nº 107.924/2023 e o art. 37 da Constituição Federal.

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 Introdução

1.1.1 A Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, no exercício de suas competências institucionais de gestão tributária, arrecadação de receitas próprias e administração fiscal do Município de Belém, exerce função estruturante na sustentabilidade financeira da Administração Pública Municipal, sendo responsável pela regularidade, eficiência e transparência de todo o ciclo arrecadatório, compreendendo as fases de lançamento, notificação, cobrança administrativa, inscrição em dívida ativa e execução fiscal.

1.1.2 A efetividade da cobrança administrativa constitui etapa estratégica do ciclo tributário, na medida em que representa a última oportunidade de recuperação voluntária de créditos antes da judicialização, cujos custos e prazos são substancialmente mais elevados para o Município e para o contribuinte.

1.1.3 O Município de Belém enfrenta cenário estrutural de elevada inadimplência tributária, com estoque expressivo de créditos vencidos e não pagos, composto por tributos de origem imobiliária (IPTU e taxas correlatas) e por obrigações tributárias de natureza variada, cujo não pagamento compromete a capacidade de financiamento das políticas públicas essenciais e a sustentabilidade fiscal do ente municipal.

1.1.4 Nesse contexto, a Lei Municipal nº 10.250/2025 incluiu o art. 184-A no Código Tributário Municipal – CTM, conferindo autorização normativa expressa para a utilização de instrumentos de cobrança administrativa, inclusive o registro de inadimplência de contribuintes devedores em cadastros de proteção ao crédito, como mecanismo extrajudicial de pressão ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias.

1.1.5 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade identificar, analisar e justificar, sob os aspectos técnico, operacional, econômico e jurídico,



a solução mais adequada para a implementação da política pública municipal de cobrança administrativa com registro de inadimplência, nos termos do art. 6º, inciso XX, e do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

1.2 Situação Atual

1.2.1 O modelo de cobrança administrativa atualmente praticado pela Secretaria Executiva da Receita baseia-se predominantemente em comunicações postais e eletrônicas unilaterais, mecanismos que têm demonstrado baixa efetividade, elevado índice de retorno sem entrega válida e custos operacionais relevantes, sem produzir pressão suficiente para induzir o comportamento de adimplência nos contribuintes notificados.

1.2.2 Levantamento técnico realizado pela Secretaria Executiva da Receita identificou que o estoque de créditos tributários inadimplidos abrange universo expressivo de contribuintes com débitos vencidos e não regularizados, cujo perfil de inadimplência apresenta as seguintes características estruturais:

- Elevada concentração de créditos de pequeno e médio valor que, individualmente, não justificam a instauração de execução fiscal pelo custo-benefício, mas representam, em conjunto, impacto arrecadatório relevante;
- Inadimplência sistêmica decorrente da percepção, por parte do contribuinte, de baixo risco de consequências efetivas ao não pagamento, reforçada pela ineficácia dos instrumentos de cobrança tradicionais;
- Crescente judicialização das cobranças, com aumento do estoque de execuções fiscais, dos custos processuais e do tempo médio de recuperação dos créditos;
- Ausência de instrumento extrajudicial com poder de dissuasão efetivo, que gere pressão real sobre o comportamento de adimplência dos contribuintes;
- Limitação tecnológica dos sistemas internos para gestão integrada do ciclo de cobrança administrativa, rastreabilidade das ações realizadas e produção de indicadores gerenciais confiáveis.

1.2.3 O sistema tributário municipal não dispõe, no momento, de mecanismo estruturado de registro de inadimplência em base nacional de proteção ao

crédito, impedindo que a Administração utilize este instrumento, legalmente autorizado desde a edição da Lei Municipal nº 10.250/2025, como ferramenta de cobrança administrativa.

1.2.4 A ausência deste instrumento implica que contribuintes com débitos tributários significativos com o Município de Belém possam operar normalmente no mercado de crédito, sem qualquer restrição decorrente de sua inadimplência fiscal, o que compromete a equidade fiscal e enfraquece a cultura de cumprimento voluntário das obrigações tributárias.

1.3 Problema Administrativo

1.3.1 O problema administrativo identificado consiste na inexistência de mecanismo extrajudicial efetivo de cobrança que produza pressão real e consequências práticas sobre o contribuinte inadimplente, situação que resulta na perpetuação da inadimplência tributária, no aumento do risco de prescrição de créditos e no comprometimento do equilíbrio fiscal do Município.

1.3.2 A ausência de registro de inadimplência em sistema nacional de proteção ao crédito implica que o contribuinte devedor do Município não sofre qualquer impacto em seu histórico de crédito, podendo acessar financiamentos, participar de negócios e obter crédito no mercado sem restrições relacionadas à sua inadimplência fiscal, situação que desincentiva o pagamento voluntário e fragiliza a política pública de arrecadação.

1.3.3 Os mecanismos de cobrança atualmente utilizados (notificações postais e eletrônicas), apresentam baixa taxa de efetividade, pois não geram consequências tangíveis imediatas ao inadimplente e são facilmente ignorados, resultando em elevado custo operacional sem correspondente impacto na arrecadação.

1.3.4 A crescente judicialização das cobranças tributárias gera custos diretos e indiretos relevantes para o Município, além de sobrecarregar o sistema judiciário e alongar o prazo médio de recuperação dos créditos, comprometendo o fluxo de caixa da Administração e a sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo.

1.3.5 Trata-se, portanto, de problema de natureza estrutural e caráter urgente, que demanda solução especializada, de alcance nacional e com capacidade operacional instalada no Município de Belém, apta a implementar com

segurança, rastreabilidade e efetividade a política pública de cobrança administrativa autorizada pela legislação municipal.

1.4 Necessidade Administrativa

1.4.1 Diante do cenário apresentado, evidencia-se a necessidade de contratação de solução especializada para prestação de serviços de registro, manutenção, acompanhamento e exclusão de débitos tributários municipais em sistema nacional de proteção ao crédito, com disponibilização de plataforma tecnológica de gestão e suporte operacional correlato, nos termos autorizados pelo art. 184-A do Código Tributário Municipal.

1.4.2 A solução deverá possibilitar:

- O registro formal de inadimplência de contribuintes devedores em base nacional de proteção ao crédito, com notificação prévia formal do devedor sobre a existência e os dados do débito que motivará o registro;
- A manutenção dos registros de inadimplência enquanto perdurar a condição de inadimplência do contribuinte, respeitados os limites legais previstos no Código de Defesa do Consumidor e na legislação tributária aplicável;
- A exclusão imediata e automática dos registros mediante comprovação de pagamento, parcelamento ou regularização do débito correspondente;
- O monitoramento do comportamento financeiro do contribuinte inadimplente, com identificação do momento de maior propensão à regularização;
- A disponibilização de plataforma tecnológica segura para operação, controle, rastreabilidade e relatórios gerenciais;
- A integração tecnológica com os sistemas internos da SEFIN para operacionalização do ciclo completo de registro e exclusão de inadimplência;
- O suporte operacional presencial no Município de Belém.

1.4.3 A natureza da solução pretendida transcende o simples registro cadastral de devedores, configurando-se como instrumento de política pública tributária com múltiplas dimensões: dissuasória, indutora de adimplência, gerencial e recuperatória. O alcance nacional do sistema de proteção ao crédito é elemento essencial desta política, pois confere ao registro visibilidade ampla no mercado

de crédito e nas relações econômicas do contribuinte, produzindo o efeito dissuasório necessário para induzir o pagamento voluntário.

1.4.4 Trata-se, portanto, de medida estruturante para a modernização e efetividade da cobrança administrativa municipal, com impacto direto na arrecadação, na redução da inadimplência e no fortalecimento da governança fiscal do Município de Belém.

1.5 Interesse Público Envolvido

1.5.1 A contratação atende diretamente ao interesse público ao viabilizar a implementação de política pública tributária legalmente autorizada, contribuindo para o incremento da arrecadação municipal, a redução da inadimplência, o fortalecimento da equidade fiscal e a sustentabilidade financeira do Município.

1.5.2 O interesse público envolvido abrange as seguintes dimensões:

Justiça fiscal: o registro de inadimplência em sistema nacional de proteção ao crédito promove equilíbrio entre contribuintes adimplentes e inadimplentes, reduzindo comportamentos oportunistas e incentivando o cumprimento voluntário das obrigações tributárias, com efeito educativo e dissuasório sobre o universo geral de contribuintes;

Sustentabilidade financeira: a ampliação da efetividade da arrecadação própria preserva a capacidade de financiamento dos serviços públicos essenciais, mitigando riscos de prescrição de créditos tributários e reduzindo a dependência de medidas judiciais mais onerosas e demoradas;

Eficiência administrativa: a modernização da cobrança administrativa por meio de sistema estruturado, com governança, rastreabilidade e controle gerencial, representa avanço significativo na qualidade da gestão tributária municipal;

Segurança jurídica e proteção de dados: a utilização de sistema com reconhecimento jurídico consolidado, conformidade com a LGPD e mecanismos robustos de controle de acesso e rastreabilidade assegura que a política pública seja implementada com observância plena do ordenamento jurídico.

1.5.3 O êxito desta política pública beneficia diretamente a coletividade, que depende das receitas próprias municipais para o financiamento de serviços como saúde, educação, infraestrutura e assistência social.

1.6 Riscos da Não Contratação

1.6.1 A não realização tempestiva desta contratação implica a manutenção do cenário atual de baixa efetividade da cobrança administrativa, com impactos diretos, mensuráveis e crescentes na arrecadação municipal e na gestão fiscal do Município, conforme demonstrado na tabela de riscos a seguir:

Tabela 1 – Matriz de Riscos da Não Contratação

Risco Identificado	Impacto	Probabilidade
Impossibilidade de implementação do art. 184-A do CTM por ausência de estrutura operacional	Alto	Alta
Perpetuação da inadimplência tributária por ausência de instrumento dissuasório efetivo	Alto	Alta
Perda de receitas por prescrição de créditos tributários não recuperados na fase extrajudicial	Alto	Alta
Aumento do estoque de execuções fiscais e dos custos de cobrança judicial	Alto	Alta
Comprometimento do equilíbrio fiscal municipal e da capacidade de financiamento dos serviços públicos	Alto	Média
Fragilização da política pública de arrecadação e da equidade fiscal	Alto	Alta
Aumento da percepção de impunidade do inadimplente fiscal, com efeito multiplicador na inadimplência	Médio	Alta
Retrabalho operacional e aumento do custo da cobrança administrativa por ineficiência dos instrumentos utilizados	Médio	Alta

1.6.2 Fundamentação: art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

1.6.3 A ausência de intervenção estruturante inviabiliza a plena efetividade da autorização legal conferida pelo art. 184-A do Código Tributário Municipal, norma que expressamente contempla o registro de inadimplência como instrumento de cobrança administrativa, cujo não aproveitamento pelo Município representaria desperdício da oportunidade normativa e manutenção de lacuna operacional injustificada.

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

2.1.1 A contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA 2026, inserindo-se no conjunto de iniciativas estratégicas voltadas ao fortalecimento da arrecadação própria e à modernização da gestão tributária municipal, nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2 A demanda apresenta natureza prioritária, com classificação de grau de prioridade ALTA, considerando seu impacto direto na arrecadação e na sustentabilidade fiscal do Município, configurando-se como instrumento imediato de implementação de política pública tributária já autorizada por legislação municipal específica.

2.1.3 A previsão no PCA foi estruturada com base nos seguintes fundamentos:

- Necessidade de implementação do art. 184-A do Código Tributário Municipal, introduzido pela Lei Municipal nº 10.250/2025, que autoriza expressamente o uso de sistemas de proteção ao crédito como instrumento de cobrança administrativa;
- Urgência na adoção de mecanismos modernos de cobrança extrajudicial capazes de produzir efetividade real na recuperação de créditos tributários inadimplidos;
- Adequação às diretrizes de sustentabilidade fiscal do Município, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Alinhamento ao planejamento orçamentário anual da SEFIN e às metas institucionais de fortalecimento da receita própria.

2.1.4 O alinhamento ao planejamento institucional reforça a aderência da contratação aos princípios da eficiência, do planejamento e da responsabilidade fiscal, evidenciando que a presente demanda decorre de necessidade administrativa previamente identificada, formalmente formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD elaborado em 02 de março de 2026 pela Secretaria Executiva da Receita, e não de situação emergencial ou imprevisível.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Nota metodológica: Os requisitos elencados nesta seção têm natureza conceitual e descritiva, destinando-se à caracterização geral da solução e à identificação dos atributos mínimos necessários ao atendimento da necessidade administrativa. As especificações técnicas detalhadas, os critérios de

aceitabilidade, os indicadores de desempenho e as obrigações da contratada serão definidos no Termo de Referência, na fase subsequente do planejamento.

3.1 Requisitos Jurídicos

- Observância integral à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e ao art. 74, inciso I, que fundamenta a inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição;
- Conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em especial quanto à previsão orçamentária e ao equilíbrio fiscal das contratações;
- Observância à Lei Municipal nº 10.250/2025, que introduziu o art. 184-A no Código Tributário Municipal – CTM, autorizando expressamente o registro de inadimplência tributária em cadastros de proteção ao crédito como instrumento de cobrança administrativa;
- Conformidade com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, em especial os arts. 43 e 44, que regulam os cadastros de proteção ao crédito, seus limites temporais e os direitos do consumidor devedor;
- Adequação plena à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e às normas e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- Atendimento ao Decreto Municipal nº 107.924/2023 e à legislação tributária municipal vigente;
- Observância à Lei nº 12.414/2011 (Lei do Cadastro Positivo) e à Resolução CMN nº 5.037/2022, aplicáveis ao tratamento de informações de crédito;
- Regularidade jurídica e habilitação da contratada para a prestação do objeto contratual, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 Requisitos Técnicos

- Operação de sistema nacional de proteção ao crédito com abrangência e capilaridade suficientes para conferir efetividade ao registro de inadimplência em nível nacional, com visibilidade efetiva no mercado de crédito;

- Capacidade de processamento de registros em lote e de forma individualizada, compatível com o volume estimado de débitos tributários municipais a serem negativados;
- Sistema de notificação multicanal ao devedor antes da efetivação do registro, incluindo envio por SMS, e-mail e carta física (Registro Inteligente), com identificação clara da origem, natureza e valor do débito, em conformidade com o art. 43, §2º, do Código de Defesa do Consumidor;
- Ferramenta de monitoramento comportamental financeiro do contribuinte negativado (Radar de Recuperação), capaz de identificar o momento de maior propensão à regularização, otimizando as ações de cobrança;
- Plataforma web segura para acesso da SEFIN, com login e senha individualizados por operador, para inclusão, exclusão, consulta e acompanhamento dos registros, com trilhas de auditoria;
- Capacidade de integração tecnológica com os sistemas internos da SEFIN por meio de troca de arquivos em lote (e-mail box ou SFTP), com layout próprio a ser disponibilizado em até 30 dias após a assinatura do contrato;
- Geração de relatórios automatizados e exportáveis em múltiplos formatos, com indicadores de desempenho sobre a política de negativação;
- Ausência de cobrança de custas para manutenção dos registros e para a efetivação das exclusões (baixas e cancelamentos).

3.3 Requisitos Operacionais

- Disponibilidade de atendimento físico presencial no Município de Belém/PA, em razão das especificidades operacionais do objeto e da necessidade de suporte técnico direto à Administração, orientação aos contribuintes e reforço da segurança institucional da política pública;
- Capacidade de execução do serviço dentro de prazo compatível com as necessidades da Administração, com início das operações em prazo a ser definido no Termo de Referência a partir da disponibilização do layout e da assinatura do contrato;
- Disponibilidade de suporte técnico especializado de segunda a sexta-feira, em horário comercial, durante toda a vigência do contrato;

- Disponibilização de consultor técnico para treinamento presencial da equipe da SEFIN, até que a operação seja realizada com autonomia pelos servidores;
- Emissão de comprovantes de todas as operações realizadas e disponibilização de rastreabilidade das inclusões e exclusões;
- Execução do serviço em conformidade com a LGPD e com as normas de segurança da informação aplicáveis.

3.4 Requisitos de Governança e Segurança da Informação

- Acesso seguro com autenticação por usuário, senha e chave de criptografia de uso exclusivo da SEFIN, com separação de perfis de acesso por operador (Privileged Access Management – PAM);
- Registro de trilhas de auditoria de todas as operações realizadas, com identificação de data, horário, usuário e tipo de operação, para fins de rastreabilidade e controle interno;
- Suporte à gestão segura dos acessos, incluindo criação, alteração e revogação de usuários, com preservação das trilhas de auditoria;
- Atendimento aos requisitos técnicos mínimos para os servidores, garantindo segurança física e lógica, com uso de criptografia, backups regulares, redundância e controle de acesso;
- Implementação de mecanismos de autenticação multifator (MFA) ou segundo fator de autenticação (2FA) e controle de sessões;
- Garantia de que os dados tratados sejam armazenados, transmitidos e descartados de forma segura, conforme as boas práticas de segurança da informação;
- Fornecimento de login e senha para todos os operadores necessários, sem custo adicional.

3.5 Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

3.5.1 A solução a ser contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo a adequada proteção dos dados pessoais dos contribuintes municipais ao longo de todo o ciclo de operação, desde a inclusão dos registros até a exclusão e o descarte definitivo dos dados.

3.5.2 Os requisitos mínimos de conformidade com a LGPD incluem:

- Tratamento de dados pessoais estritamente nas finalidades previstas contratualmente, cobrança administrativa tributária e registro de inadimplência, em conformidade com os princípios de finalidade, necessidade e adequação (art. 6º da LGPD), sendo expressamente vedado o uso dos dados municipais para finalidades diversas, inclusive mala direta comercial;
- Adoção de mecanismos de segurança da informação para proteção contra acessos não autorizados, vazamento e uso indevido de dados pessoais;
- Eliminação segura dos dados pessoais ao término da execução contratual, ressalvadas as hipóteses legais de guarda (art. 15 da LGPD);
- Dever de notificação à SEFIN e à ANPD em caso de incidente de segurança que envolva dados dos contribuintes municipais (art. 48 da LGPD), com observância dos prazos e procedimentos legais;
- Limitação do uso dos dados municipais às finalidades previstas no contrato, com vedação expressa ao aproveitamento para qualquer outra finalidade;
- Designação de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) pela contratada;
- Cada parte será responsável, perante a ANPD e os titulares dos dados, pelo tratamento que realiza de forma independente, nos termos da LGPD.

IV – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1.1 A estimativa de quantidades considera o volume projetado de registros de inadimplência a serem processados anualmente, com base no estoque de créditos tributários inadimplidos identificado pela Secretaria Executiva da Receita e na capacidade operacional de implementação gradual da política pública, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda – DFD de 02 de março de 2026.

4.1.2 O dimensionamento foi realizado com base nos seguintes parâmetros:

- Estoque de créditos tributários inadimplidos passíveis de negativação, considerando critérios de elegibilidade a serem definidos no Termo de

Referência (valor mínimo do débito, prazo de vencimento, ausência de parcelamento vigente, entre outros);

- Capacidade operacional de implementação gradual, com previsão de volume mensal crescente ao longo do exercício;
- Estimativa de fluxo de exclusões (baixas por regularização) a serem processadas, estimado em percentual do volume de inclusões, com base em benchmarks de entes públicos que já utilizam o instrumento;
- Projeção de consultas cadastrais e creditícias para apoio às ações de cobrança.

Tabela 2 – Estimativa de Quantidades por Item

Item	Descrição	Quantidade Estimada Anual
1	Inclusão/Registro de inadimplência com notificação	120.000
2	Monitoramento – Radar de Recuperação	120.000
3	Exclusões (baixas por regularização)	60.000 (estimado)

4.1.3 A estimativa considera o estoque de créditos tributários inadimplidos, a capacidade operacional da Administração e parâmetros observados em contratações similares, podendo ser ajustada no Termo de Referência.

4.1.4 Os valores estimados não geram obrigação de consumo mínimo pelo Contratante, devendo os pagamentos ser realizados de acordo com os quantitativos efetivamente demandados e processados em cada período.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Metodologia

5.1.1 O levantamento de mercado foi conduzido em conformidade com o art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, que determina a análise comparativa das alternativas existentes como etapa obrigatória do planejamento da contratação.

5.1.2 A metodologia adotada contemplou abordagem combinada, estruturada em três eixos principais:

- Análise da estrutura e das características do mercado de bureaus de crédito no Brasil, com foco na natureza das bases de dados, nos elementos de exclusividade e nas condições de substituição;
- Pesquisa de contratações similares realizadas por outros entes públicos, com identificação de precedentes jurídicos e operacionais, incluindo a modalidade de contratação adotada e os valores praticados;
- Avaliação técnica comparativa das alternativas identificadas para atendimento da necessidade administrativa.

5.2 Estrutura do Mercado de Bureaus de Crédito no Brasil

5.2.1 O mercado brasileiro de bureaus de crédito é composto por um número restrito de operadores com capacidade de processamento de dados em escala nacional e reconhecimento efetivo no mercado de crédito. Os principais agentes do setor são: Serasa Experian, Boa Vista Serviços (SCPC), Quod e SPC Brasil (Sistema CNDL).

5.2.2 Uma característica estrutural essencial desse mercado é que cada bureau opera com banco de dados proprietário, exclusivo e não compartilhado com concorrentes. As bases de dados não são equivalentes nem substituíveis entre si: cada operador detém informações únicas, acumuladas ao longo de décadas junto a redes de parceiros distintos, com cobertura, perfil e profundidade de dados que diferem substancialmente. Essa particularidade impede a comparação objetiva e a substituição funcional de um bureau por outro sem perda real de cobertura, alcance e efetividade.

5.2.3 A característica estrutural determinante do mercado de bureaus de crédito no Brasil reside no fato de que cada operador detém base de dados própria, construída a partir de fontes distintas, com titularidade exclusiva e não compartilhada.

Tais bases possuem natureza **intransferível, não acessível a terceiros e não replicável**, o que impede a equivalência funcional entre os serviços prestados por diferentes operadores.

Nesse contexto, o serviço pretendido pela Administração não se resume à funcionalidade de registro de inadimplência, mas envolve o acesso a um **ativo informacional específico**, cuja titularidade pertence exclusivamente ao Sistema

CNDL/SPC Brasil, não sendo possível sua obtenção por meio de outros fornecedores.

Dessa forma, a eventual contratação de outro bureau implicaria, necessariamente, acesso a base de dados diversa, com características próprias e não equivalentes, descaracterizando o objeto pretendido e inviabilizando a comparação objetiva entre propostas.

5.2.4 A unicidade dessas características, tomadas em conjunto, impede objetivamente a substituição da solução do SPC Brasil/CDL Belém por qualquer outro operador de mercado sem perda mensurável de cobertura, qualidade, visibilidade e efetividade operacional, caracterizando a inviabilidade de competição real para o objeto pretendido.

5.3 Benchmark – Contratações Similares por Outros Entes Públicos

5.3.1 A pesquisa de benchmark externo identificou contratações similares realizadas por outros entes públicos com o Sistema CNDL/SPC Brasil para serviços de registro de inadimplência, negativação e notificação de devedores, todas formalizadas por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, demonstrando consistência jurídica e operacional do enquadramento adotado.

5.3.2 Destacam-se como precedentes relevantes:

a) Prefeitura Municipal de Guarapuava/PR – Contrato Administrativo nº 171/2025: celebrado em 18 de agosto de 2025 entre o Município de Guarapuava (PR) e a Associação Comercial e Empresarial de Guarapuava, integrante do Sistema CNDL, para contratação de serviços especializados referentes ao Sistema de Proteção ao Crédito – SPC Brasil, formalizado por Inexigibilidade de Licitação nº 23/2025 (Lei nº 14.133/21). Objeto: inclusão/negativação de débitos com Registro Inteligente (R\$ 5,30/registro), higienização de base cadastral (R\$ 0,08/registro) e enriquecimento de base de dados (R\$ 1,12/registro). Valor total: R\$ 762.000,00. Vigência: 60 meses;

b) Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES – Contrato nº 210/2025: celebrado em agosto de 2025 entre o Município de Vila Velha (ES) e a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL Vila Velha, para prestação de serviços especializados para inscrição de devedores no cadastro de inadimplentes de proteção ao crédito

mantido pelo SPC Brasil, formalizado por Inexigibilidade de Licitação (Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso I). Valor total da contratação: R\$ 1.215.000,00, para estimativa de 150.000 inscrições em 5 anos (R\$ 8,10/registro). Vigência: 60 meses.

5.3.3 Ambos os precedentes corroboram integralmente o enquadramento técnico e jurídico adotado neste ETP, demonstrando que entes públicos de diferentes portes, regiões e realidades operacionais reconhecem a inviabilidade de competição para serviços do Sistema CNDL/SPC Brasil e adotam a inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, consistência que evidencia solidez jurídica do enquadramento.

5.4 Alternativas Analisadas

5.4.1 A partir do levantamento realizado, foram identificadas e avaliadas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade administrativa:

Tabela 3 – Análise Comparativa de Alternativas

Alternativa	Descrição	Conclusão
A) Manutenção do cenário atual	Continuidade sem implementação de registro de inadimplência em sistema de proteção ao crédito	Inviável
B) Protesto em cartório	Registro de débitos em cartório de protesto de títulos	Insuficiente
C) Bureau privado via licitação aberta	Contratação por processo competitivo de bureau de crédito disponível no mercado	Inviável
D) CDL Belém / SPC Brasil – INEX (art. 74, I)	Contratação direta por inexigibilidade em razão da exclusividade técnica e operacional comprovada	Adequada e vantajosa

A) Manutenção do Cenário Atual: Conclusão: inviável. A manutenção do status quo não atende à necessidade administrativa identificada, impede a implementação do art. 184-A do CTM, perpetua a inadimplência tributária e implica omissão administrativa diante de instrumento legalmente autorizado e de praxe entre entes públicos brasileiros. O risco de prescrição de créditos cresce progressivamente com a inação.

B) Protesto em Cartório: Conclusão: insuficiente como alternativa exclusiva. O protesto em cartório, embora instrumento legítimo de cobrança, possui alcance geográfico limitado ao município sede do cartório, custo unitário mais elevado e

ausência do efeito dissuasório nacional que o registro em bureau de crédito proporciona. Não constitui substituto funcional equivalente para os fins da política pública pretendida, podendo ser utilizado de forma complementar.

C) Bureau de Crédito Privado via Licitação Aberta: Conclusão: inviável no caso concreto.

A análise do mercado identificou a existência de outros bureaus de crédito em operação no país, tais como Serasa Experian, Boa Vista Serviços (SCPC) e Quod, os quais, entretanto, operam com bases de dados próprias, distintas e não compartilhadas.

Considerando que o objeto da contratação envolve o acesso a base de dados específica, de titularidade exclusiva do Sistema CNDL/SPC Brasil, não disponível para terceiros, não há possibilidade de estabelecimento de critérios objetivos de julgamento que permitam a comparação isonômica entre propostas em eventual certame competitivo.

A realização de licitação, nesse contexto, resultaria em procedimento formal sem possibilidade de competição efetiva, uma vez que cada licitante ofertaria acesso a base de dados distinta, impedindo a definição de parâmetros objetivos de equivalência técnica entre as propostas.

D) CDL Belém / SPC Brasil – Inexigibilidade de Licitação (art. 74, I, Lei nº 14.133/2021): Conclusão: solução adequada, juridicamente enquadrada e mais vantajosa. A CDL Belém, como integrante do Sistema CNDL e única representante local em Belém/PA, é a única entidade que reúne, de forma cumulativa, os atributos técnicos, operacionais e estruturais necessários à plena execução do objeto, fundamentando a contratação por inexigibilidade nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.5 Conclusão do Levantamento de Mercado

5.5.1 A análise de mercado evidencia que o serviço de registro de inadimplência em sistema nacional de proteção ao crédito, na modalidade, abrangência e com as características operacionais requeridas pela SEFIN, somente pode ser prestado pela CDL Belém/SPC Brasil, em razão das características singulares e exclusivas que objetivamente distinguem essa entidade dos demais operadores do mercado.

5.5.2 A inviabilidade de competição não decorre de conveniência ou preferência administrativa, mas da impossibilidade objetiva de equiparação entre soluções baseadas em bases de dados proprietárias distintas, intransferíveis e não equivalentes, somada à ausência de presença física de outro bureau no Município de Belém. O valor do serviço está diretamente vinculado à singularidade, abrangência e alcance do banco de dados operado pelo Sistema CNDL/SPC Brasil, ativo exclusivo e irreproduzível, de modo que não é possível ao mercado ofertar solução equivalente com paridade real de condições em processo competitivo.

5.5.3 A solução proposta atende de forma mais eficiente ao interesse público, assegurando a maior cobertura, visibilidade, qualidade operacional e suporte local disponíveis no mercado nacional para o objeto pretendido, sendo juridicamente adequada a contratação direta por inexigibilidade, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1.1 O valor estimado da contratação foi apurado com base em proposta comercial apresentada pela CDL Belém/SPC Brasil, no âmbito do Sistema CNDL, datada de 31 de março de 2026, e em pesquisa de preços realizada a partir das contratações similares identificadas no levantamento de benchmark, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 4 – Estimativa de Valor por Item

Item	Descrição	Qtd. Est./Ano	V. Unit. (R\$)	V. Total/Ano (R\$)
1	Processamento/Inclusão + Notificação por Registro Inteligente (SMS, E-mail ou Carta)	120.000	R\$ 4,99	R\$ 598.800,00
2	Radar de Recuperação SPC Brasil	120.000	R\$ 3,99	R\$ 478.800,00 (*)
	VALOR GLOBAL ESTIMADO ANUAL (Item 1)			R\$ 598.800,00

(*) O Radar de Recuperação constitui item complementar de inteligência de dados. O valor global estimado de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), conforme DFD, contempla o Item 1 acrescido dos custos de contribuição associativa e eventual utilização do Item 2, tendo sido dimensionado com

margem de segurança para acomodar variações de consumo ao longo do exercício.

Tabela 5 – Composição do Valor Global Estimado Anual

Rubrica	Qtd.	Valor/Mês (R\$)	Total/Ano (R\$)
Contribuição associativa CDL Belém (obrigatória por estatuto)	12	R\$ 114,00	R\$ 1.368,00
Plano de Faturamento Mínimo – Item 1	12	R\$ 50.014,00	R\$ 598.800,00 (*)
VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$ 600.168,00

(*) O fechamento da fatura ocorrerá todo o dia 25 de cada mês, com vencimento para o dia 10 do mês subsequente. Os pagamentos serão realizados conforme o uso efetivo dos serviços, observado o faturamento mínimo contratado.

6.1.2 A razoabilidade do valor estimado é corroborada pelos seguintes parâmetros de mercado identificados no benchmark:

- Contrato de Guarapuava/PR (Contrato nº 171/2025): R\$ 5,30 por inclusão/negativação com Registro Inteligente, para volume de 100.000 registros;
- Contrato de Vila Velha/ES (Contrato nº 210/2025): R\$ 8,10 por registro/notificação – Carta de Notificação Informativa, para volume de 150.000 registros em 5 anos.

6.1.3 O valor unitário de R\$ 4,99 por registro proposto pela CDL Belém para Belém situa-se em patamar inferior ao praticado em Guarapuava (R\$ 5,30) e em Vila Velha (R\$ 8,10), o que evidencia compatibilidade com o mercado e vantajosidade em relação aos precedentes externos idôneos, atendendo ao princípio da economicidade.

6.1.4 O modelo de remuneração por registro efetivamente processado apresenta aderência ao princípio da economicidade ao condicionar o desembolso ao volume efetivamente demandado, evitando pagamento global independente do resultado entregue.

6.1.5 O valor global estimado de R\$ 650.000,00 está alinhado ao Documento de Formalização da Demanda – DFD de 02 de março de 2026 e é compatível com

a capacidade orçamentária da Administração, observados os princípios da responsabilidade fiscal e do planejamento público.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Nota metodológica: A descrição da solução nesta seção limita-se à identificação geral dos serviços e à caracterização de suas funcionalidades em nível conceitual, compatível com a fase preparatória da contratação. Os requisitos de execução, os critérios de aceitabilidade, os indicadores de desempenho e as obrigações das partes serão detalhados no Termo de Referência, na etapa subsequente do planejamento.

7.1.1 A solução consiste na prestação de serviços especializados para registro, manutenção, acompanhamento e exclusão de débitos tributários municipais em sistema nacional de proteção ao crédito operado pelo SPC Brasil, com notificação multicanal do devedor e disponibilização de plataforma tecnológica de gestão para a SEFIN.

7.1.2 A solução compreende, em linhas gerais, as seguintes funcionalidades:

- **Notificação prévia e Registro de Inadimplência (Processamento/Inclusão com Registro Inteligente):** antes da efetivação do registro de inadimplência, o sistema notifica o contribuinte devedor pelo canal de maior assertividade – SMS, e-mail ou carta física –, com identificação clara da origem (Prefeitura Municipal de Belém/SEFIN), valor, número do documento, data de vencimento e prazo para regularização. Não regularizada a dívida no prazo, procede-se à inclusão do CPF ou CNPJ do devedor na base de dados nacional do SPC Brasil, com visibilidade no mercado de crédito;
- **Radar de Recuperação SPC Brasil:** ferramenta de inteligência desenvolvida para otimizar a cobrança de dívidas, monitorando o comportamento financeiro dos contribuintes negativados. O sistema identifica quando o inadimplente volta a pagar outras dívidas ou contrai novos compromissos financeiros, sinalizando o melhor momento para abordagem de renegociação e ampliando a taxa de recuperação com base em dados comportamentais atualizados;

- **Manutenção dos Registros:** os registros são mantidos ativos enquanto perdurar a inadimplência, respeitados os limites temporais do CDC (5 anos do vencimento), sem cobrança de custas adicionais para manutenção;
- **Exclusão dos Registros (Baixas):** mediante comprovação de pagamento, parcelamento formalizado ou regularização da dívida, a exclusão do registro é processada em prazo a ser definido no Termo de Referência, sem cobrança de custas;
- **Plataforma Web de Gestão:** disponibilização de acesso seguro à plataforma web da SEFIN, por meio de login e senha individualizados por operador, para operação autônoma do ciclo completo de inclusão, acompanhamento e exclusão de registros, com emissão de comprovantes e trilhas de auditoria;
- **Integração Tecnológica:** troca de arquivos em lote para efetivação do processo de registro e baixa de inadimplência, com layout próprio a ser disponibilizado em até 30 dias após a assinatura do contrato, e utilização de servidor SFTP seguro ou e-mail box com criptografia;
- **Relatórios Gerenciais:** disponibilização de relatórios automatizados da base de negativados, exportáveis em múltiplos formatos (Excel, TXT, HTML, PDF), com indicadores de desempenho da política de negativação, acessíveis via sistema com login/senha.

7.1.3 Os parâmetros de desempenho esperados, os critérios de aceitação dos serviços, os indicadores de qualidade e a metodologia de medição e acompanhamento serão definidos no Termo de Referência, com base nos elementos técnicos apurados neste ETP.

7.1.4 A solução deverá ser executada em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), com o Código de Defesa do Consumidor e com as demais normas aplicáveis, garantindo a proteção adequada dos dados pessoais dos contribuintes municipais ao longo de todo o ciclo operacional.

VIII – PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1.1 Não aplicável ao caso concreto. O serviço de registro de inadimplência em sistema nacional de proteção ao crédito constitui objeto único e indivisível sob o

aspecto técnico e operacional, cujo parcelamento é inviável sem comprometimento da efetividade da solução e da coerência da política pública.

8.1.2 A efetividade dos resultados depende da operação integrada e unificada do sistema, pois a notificação prévia, a inclusão do registro, o monitoramento comportamental e a exclusão mediante regularização formam ciclo contínuo e interdependente, gerido por uma única estrutura operacional. A fragmentação desse ciclo comprometeria a governança do processo, a rastreabilidade das operações e a uniformidade dos critérios de inclusão e exclusão aplicáveis a todos os contribuintes.

8.1.3 Adicionalmente, a exclusividade operacional do Sistema CNDL/SPC Brasil, demonstrada na seção V, impede o parcelamento do objeto entre diferentes fornecedores, não havendo no mercado outro operador com capacidade de substituição ou complementação parcial da solução sem perda da efetividade nacional do registro.

IX – RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1.1 A contratação deverá produzir resultados mensuráveis e verificáveis para a administração tributária municipal, contribuindo diretamente para os seguintes objetivos estratégicos da SEFIN:

- Implementação plena do art. 184-A do Código Tributário Municipal, com operacionalização da política pública de cobrança administrativa por registro de inadimplência;
- Redução do índice de inadimplência tributária pelo efeito dissuasório do registro em sistema nacional de proteção ao crédito, com visibilidade ampla no mercado;
- Incremento da arrecadação municipal pela recuperação de créditos tributários na fase extrajudicial, evitando custos da judicialização;
- Redução do estoque de execuções fiscais pela maior efetividade da cobrança administrativa prévia;
- Mitigação do risco de prescrição de créditos tributários pela ampliação da capacidade de localização e pressão sobre o contribuinte inadimplente;

- Modernização da gestão da cobrança administrativa com controle gerencial, rastreabilidade e produção de indicadores de desempenho;
- Fortalecimento da equidade fiscal com redução da percepção de impunidade do inadimplente tributário;
- Eficiência operacional com redução dos custos unitários de cobrança em comparação com os instrumentos tradicionais;
- Suporte à política de recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, com maior efetividade na identificação e pressão sobre devedores antes da execução fiscal.

X – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

10.1.1 Para viabilizar a adequada execução da contratação e o pleno êxito da política pública a ser implementada, deverão ser adotadas pela Administração, previamente e durante a fase de planejamento, as seguintes providências:

- Designação formal de equipe de fiscalização e gestão contratual, com definição de responsabilidades técnicas e administrativas e designação de gestor e fiscal do contrato nos termos do art. 7º, §3º, e art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- Definição dos critérios de elegibilidade dos débitos tributários para negativação, incluindo valor mínimo do débito, prazo mínimo de vencimento, existência de notificação prévia pela Administração, ausência de parcelamento vigente e demais requisitos a serem estabelecidos em ato normativo interno;
- Organização e estruturação da base de dados de devedores tributários para alimentação do sistema, com as informações mínimas necessárias à operação (CPF/CNPJ, nome, endereço, valor, número do documento, data de vencimento, origem da dívida);
- Levantamento e validação do estoque de créditos tributários aptos à negativação, com priorização dos débitos de maior valor e menor probabilidade de regularização espontânea;

- Capacitação da equipe técnica interna da Secretaria Executiva da Receita para operação autônoma e segura do sistema, com treinamento presencial a ser ministrado pela contratada;
- Publicação ou atualização de normas internas regulamentando os procedimentos de negativação e exclusão de registros, os critérios de elegibilidade, as responsabilidades dos operadores autorizados e os mecanismos de controle interno;
- Verificação da compatibilidade técnica dos sistemas internos da SEFIN com o layout de integração a ser disponibilizado pela contratada, com antecedência suficiente para eventual adequação.

XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1.1 A implementação do sistema de registro de inadimplência tributária guarda relação de correlação e interdependência com as seguintes iniciativas e contratações em curso ou planejadas no âmbito da SEFIN:

- **Qualificação, higienização e enriquecimento da base cadastral de contribuintes (Processo GDOC 506/2026 – SEFIN):** a efetividade do registro de inadimplência depende diretamente da qualidade dos dados cadastrais do devedor utilizados na notificação e no registro. A ausência de CPF/CNPJ válidos, endereços desatualizados e dados de contato incorretos comprometem a assertividade da notificação e a validade formal do registro. A qualificação prévia ou concomitante da base cadastral maximiza o impacto da política pública de negativação;
- **Sistema integrado de gestão tributária – STI (Processo GDOC 245/2026 – SEFIN):** a plena operacionalidade do sistema de negativação requer integração tecnológica com o sistema de gestão tributária municipal para automação do processo de identificação de devedores elegíveis, geração dos arquivos de inclusão e exclusão e atualização automática do status de inadimplência nos registros municipais. A implementação coordenada das duas soluções potencializa os resultados de ambas;
- **Serviços de consultas cadastrais e creditícias (Score de Recuperação):** as consultas sobre o comportamento de crédito dos contribuintes inadimplentes no mercado nacional permitem priorizar as ações de cobrança sobre os devedores

com maior capacidade de pagamento, otimizando os resultados da política pública de negativação e reduzindo o custo operacional da cobrança.

XII – IMPACTOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE

12.1.1 A contratação não apresenta impactos ambientais negativos relevantes. Contribui indiretamente para a sustentabilidade ao reduzir o volume de notificações físicas expedidas por correio sem destinatário localizado, diminuindo o consumo de papel, insumos de impressão e custos de postagem, em linha com as políticas de modernização e digitalização da Administração Pública.

12.1.2 A notificação multicanal do Registro Inteligente, que prioriza canais digitais (SMS e e-mail) em função da assertividade por perfil do contribuinte, reforça o caráter sustentável da solução ao substituir comunicações físicas por digitais sempre que tecnicamente viável.

XIII – ANÁLISE DE RISCOS

13.1.1 Os principais riscos identificados para a execução da contratação e as respectivas medidas de mitigação são os seguintes:

- **Baixa qualidade dos dados cadastrais dos devedores:** risco de que a ausência de CPF/CNPJ válidos, endereços desatualizados ou dados de contato incorretos comprometa a efetividade da notificação e a validade formal do registro. Mitigação: execução concomitante do serviço de qualificação e higienização da base cadastral; validação prévia dos dados pela equipe da SEFIN antes do envio para negativação;
- **Contestações judiciais por parte de contribuintes:** risco de impugnação judicial do registro sob alegação de vícios formais no procedimento de notificação prévia ou de irregularidades na dívida. Mitigação:
 - observância rigorosa do rito de notificação prévia previsto no art. 43, §2º, do CDC;
 - definição precisa dos critérios de elegibilidade no Termo de Referência;
 - manutenção de trilhas de auditoria completas.

• **Incidente de segurança envolvendo dados pessoais:** risco de vazamento ou uso indevido de dados de contribuintes durante o processamento. Mitigação:

- exigência de conformidade integral com a LGPD e com as normas da ANPD;
- responsabilidade civil contratual explícita;
- mecanismos de notificação obrigatória em caso de incidente;
- controle rigoroso de acesso por perfil de operador.

• **Inconsistências no processo de exclusão de registros:** risco de manutenção indevida de registros após regularização da dívida, gerando responsabilidade da Administração por dano ao contribuinte. Mitigação:

- definição de prazos precisos e fluxos automatizados de exclusão no Termo de Referência;
- trilhas de auditoria e controle da regularização;

• **Dependência de fornecedor único:** risco inerente à contratação por inexigibilidade, com possível aumento de preços na renovação. Mitigação:

- definição de cláusula de reajuste por índice oficial (IGP-M/FGV ou IPCA-E);
- estabelecimento de obrigações e indicadores contratuais claros;
- mecanismos efetivos de fiscalização e controle da execução;
- e registro de benchmark para subsídio de futuras repactuações;

• **Incompatibilidade do layout de integração com os sistemas internos da SEFIN:** risco de dificuldade técnica na integração entre o sistema da contratada e os sistemas internos da Administração. Mitigação:

- exigência de disponibilização do layout em até 30 dias após a assinatura do contrato;
- realização de testes de integração antes do início operacional;
- envolvimento da equipe de TI da Prefeitura na fase de implantação.

XIV – DEFINIÇÃO DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

14.1 Análise da Viabilidade de Competição

14.1.1 A análise técnica das características do objeto pretendido pela SEFIN evidencia a inviabilidade de competição para a presente contratação, em razão da natureza singular, exclusiva e não replicável da solução oferecida pela CDL Belém/SPC Brasil, na forma demonstrada na seção V deste ETP.

14.1.2 A inviabilidade de competição decorre da natureza do objeto, que envolve o acesso a base de dados de proteção ao crédito de titularidade exclusiva, não compartilhada e não replicável.

O Sistema CNDL/SPC Brasil detém banco de dados próprio, constituído a partir de informações fornecidas por sua rede de entidades integrantes, cujo acesso é restrito aos participantes do sistema, não sendo passível de licenciamento, cessão ou compartilhamento com terceiros estranhos à sua estrutura.

Tal característica configura **exclusividade do ativo informacional**, elemento essencial do objeto contratado, inviabilizando a competição, uma vez que não existe, no mercado, fornecedor capaz de ofertar acesso à mesma base de dados.

A contratação de outros bureaus implicaria acesso a bases distintas, com conteúdo, origem e abrangência próprios, o que descaracteriza o objeto pretendido e impede a comparação objetiva entre soluções.

14.1.3 A eventual existência de outros operadores no mercado não afasta a inviabilidade de competição, uma vez que o elemento central da contratação não é a prestação genérica de serviço de negativação, mas o acesso a base de dados específica e exclusiva.

A presença de suporte operacional local constitui elemento acessório à execução contratual, podendo ser prevista como requisito operacional no Termo de Referência, não sendo, contudo, o fator determinante da inexigibilidade.

14.2 Enquadramento Legal – Inexigibilidade de Licitação

14.2.1 A contratação enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

"É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I – aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo [...]."

14.2.2 O enquadramento na hipótese legal exige, nos termos do art. 74, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a comprovação da exclusividade por atestado do órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou por outro meio idôneo. Para os fins desta contratação, a exclusividade da CDL Belém/SPC Brasil poderá ser comprovada pelos seguintes meios idôneos:

- Declaração ou Carta de Exclusividade emitida pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas – CNDL, atestando que a CDL Belém é a única representante do Sistema CNDL/SPC Brasil no Município de Belém/PA, com exclusividade para a prestação dos serviços de bureau de crédito do Sistema na localidade;
- Documentação institucional do SPC Brasil comprovando a natureza exclusiva e proprietária do banco de dados operado pelo Sistema CNDL, com indicação da impossibilidade de acesso por terceiros não integrantes;
- Proposta comercial da CDL Belém e demais elementos técnicos que demonstrem a exclusividade operacional da fornecedora para o objeto;
- Precedentes contratuais identificados (Guarapuava/PR – Contrato nº 171/2025 e Vila Velha/ES – Contrato nº 210/2025) como evidência da aplicação da mesma hipótese de inexigibilidade por outros entes públicos para objeto equivalente, constituindo elementos adicionais de suporte ao enquadramento adotado.

14.2.3 No caso concreto, verifica-se o atendimento integral aos requisitos legais para enquadramento na inexigibilidade:

- Inviabilidade de competição real demonstrada: pela análise da estrutura do mercado de bureaus de crédito e pela natureza exclusiva e intransferível do banco de dados do SPC Brasil, conforme demonstrado na seção V;
- Exclusividade técnica e operacional da fornecedora: a CDL Belém é a única representante do Sistema CNDL no Município de Belém/PA, devidamente

habilitada para a prestação dos serviços, com acesso exclusivo ao banco de dados que fundamenta a solução;

- Singularidade do bem informacional: o banco de dados do SPC Brasil constitui ativo exclusivo e não comparável, cuja singularidade está no conjunto irreproduzível de informações proprietárias acumuladas pelo Sistema CNDL ao longo de mais de 70 anos de operação;
- Vantajosidade da contratação direta: a contratação por inexigibilidade resulta em maior efetividade do gasto público, ao assegurar acesso à base de maior cobertura e alcance disponível no mercado nacional para o objeto pretendido, com razoabilidade de valor comprovada por precedentes externos idôneos.

14.2.4 Ressalta-se que a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, não dispensa a observância dos princípios da impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência, nem afasta o dever de motivação, a exigência de regularidade fiscal da contratada, a necessidade de dotação orçamentária e a formalização do contrato com as cláusulas essenciais previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

14.3 Justificativa da Escolha do Fornecedor

14.3.1 A escolha da CDL Belém/SPC Brasil fundamenta-se na sua condição de representante exclusiva, no âmbito local, do Sistema CNDL, único detentor da base de dados que constitui o núcleo do objeto da contratação.

A solução pretendida exige acesso a esse banco de dados específico, cuja titularidade é exclusiva e cujo acesso é restrito às entidades integrantes do sistema, não sendo possível sua disponibilização por outros operadores de mercado.

Dessa forma, a escolha do fornecedor não decorre de critérios de preferência administrativa, mas da impossibilidade objetiva de contratação de outro agente econômico para fornecimento do mesmo objeto.

14.3.2 A contratação junto à CDL Belém/SPC Brasil assegura, em razão de sua natureza exclusiva, a maior efetividade possível nos resultados dos serviços de registro de inadimplência, fundamentando-se na singularidade do banco de

dados operado pelo Sistema CNDL e na capacidade operacional instalada para execução do objeto no Município de Belém.

14.4 Adequação da Forma de Contratação

14.4.1 A adoção da inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, mostra-se juridicamente adequada, tecnicamente justificada e aderente ao interesse público, considerando a comprovada inviabilidade de competição decorrente da exclusividade objetiva do fornecedor, devidamente demonstrada com base em análise técnica de mercado, documentação comprobatória e precedentes administrativos.

14.4.2 A contratação direta, neste contexto, não decorre de conveniência administrativa, preferência subjetiva ou restrição indevida à competição, mas de singularidade objetiva devidamente demonstrada, observados os princípios da eficiência, economicidade, impessoalidade e interesse público, sendo a solução mais vantajosa para a Administração dentre as alternativas analisadas.

14.4.3 A presente contratação deverá ser instruída com todos os elementos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 para a formalização da inexigibilidade, incluindo, em especial: justificativa da contratação e do preço; demonstração da exclusividade; comprovante de regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada; dotação orçamentária; e aprovação da autoridade competente.

XV – CONCLUSÃO

15.1.1 O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra, com base em análise técnica, operacional, econômica e jurídica de abrangência adequada à fase preparatória da contratação, que a implementação do serviço de registro de inadimplência tributária em sistema nacional de proteção ao crédito constitui medida estruturante, urgente e juridicamente autorizada para o Município de Belém, diante do cenário de elevada inadimplência tributária, da baixa efetividade dos instrumentos de cobrança tradicionais e da autorização normativa expressa conferida pelo art. 184-A do Código Tributário Municipal.

15.1.2 A análise realizada demonstra que a solução proposta, prestada pela CDL Belém/SPC Brasil mediante contratação por inexigibilidade de licitação, apresenta-se como a alternativa objetivamente mais adequada, tecnicamente

mais qualificada e economicamente mais vantajosa para atendimento da necessidade identificada, considerando:

- A exclusividade técnica e operacional da fornecedora e a singularidade e abrangência incomparável do banco de dados nacional operado pelo Sistema CNDL;
- A única presença física estruturada no Município de Belém, com capacidade de suporte técnico local e atendimento presencial;
- O sistema exclusivo de notificação multicanal (Registro Inteligente) e a ferramenta de monitoramento comportamental (Radar de Recuperação);
- O modelo de remuneração por registro efetivamente processado, alinhado ao princípio da economicidade;
- A compatibilidade e vantajosidade do valor estimado em relação aos precedentes contratuais identificados (Guarapuava e Vila Velha);
- A consistência jurídica do enquadramento por inexigibilidade, corroborada por precedentes de outros entes públicos para objeto equivalente.

15.1.3 Sob o aspecto jurídico, verifica-se que a contratação se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição decorrente da exclusividade objetiva da fornecedora, devidamente demonstrada. A exclusividade deverá ser comprovada, nos termos do art. 74, §1º, por declaração da CNDL e demais documentos idôneos, conforme estabelecido na seção XIV.

15.1.4 A contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA 2026, ao Documento de Formalização da Demanda – DFD de 02 de março de 2026, e constitui instrumento de implementação direta do art. 184-A do Código Tributário Municipal e das diretrizes estratégicas da SEFIN para fortalecimento da arrecadação própria e modernização da gestão tributária municipal.

15.1.5 Dessa forma, conclui-se que a contratação é necessária, adequada, viável, vantajosa e juridicamente fundamentada, estando o presente Estudo Técnico Preliminar apto a subsidiar a continuidade regular do processo administrativo, observada a necessidade de instrução complementar com a

documentação comprobatória de exclusividade exigida pelo art. 74, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e os demais elementos previstos no art. 72 da mesma Lei.

Belém/PA, 08 de abril de 2026.

Ivan Rodrigues

Planejamento de Contratações – DEAD • DRM • SEFIN

ivan@belm.pa.gov.br

Responsável pela Elaboração do ETP

Planejamento de Contratações – DEAD/DRM/SEFIN